



FLS. OGE 11

GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO  
OUVIDORIA GERAL DO ESTADO

**PROTOCOLO SIC** [REDACTED]

**UNIDADE:** SIC Central

**SECRETARIA:** Secretaria Estadual da Educação

**ASSUNTO:** Pedido de informação formulado por [REDACTED]

**DECISÃO OGE/LAI n.º 036/2016**

1. Tratam os presentes autos de pedido à Secretaria da Educação, número SIC em epígrafe, sugerindo elaboração de Projeto de Lei para da LC nº 1207/2013.
2. Em resposta, a Secretaria, fundamentada na legislação citada, explicou que na abertura de novos Concursos Públicos será avaliada qual a melhor forma de realização do certame, se em nível regional ou estadual, com o intuito de identificar aquela que melhor atende às necessidades da Pasta. Em sede de 1ª instância, o ente público demandado manteve a primeira resposta ofertada, acrescentando ter acolhido a sugestão, com vistas a estudar a viabilidade da alteração da LC 1207/2013. Na sequência, dirigiu-se o interessado a esta Ouvidoria Geral do Estado, conforme atribuição estipulada pelo artigo 32 do Decreto nº 61.175/2015, sugerindo alterações na citada Lei.
3. Destaque-se, preliminarmente, que o diálogo entre cidadão e Poder Público, extremamente salutar, é componente essencial da dinâmica democrática. Necessário que se reconheça, porém, que o Sistema de Informações ao Cidadão não é o caminho ideal para a formulação de consultas, denúncias ou reclamações, tendo antes por objetivo assegurar o acesso público a documentos, dados e informações sob custódia da Administração Pública, conforme as definições do artigo 4.º, incisos I e II, da Lei nº 12.527/2011: "*I - informação: dados, processados ou não, que podem ser utilizados para produção e transmissão de conhecimento, contidos em qualquer meio, suporte ou formato; II - documento: unidade de registro de informações, qualquer que seja o suporte ou formato*".
4. Nesse sentido, a Controladoria Geral da União possui entendimento já firmado, asseverando que "a Lei de Acesso à Informação não ampara a formulação de consultas, reclamações e denúncias, bem como pedidos de providências para a Administração Pública Federal ou solicitações de indenizações. Os pedidos de acesso devem veicular, única e exclusivamente, o acesso a dados, processados ou não, que podem ser utilizados para produção e transmissão de conhecimento, contidos em qualquer meio, suporte ou formato". (Referência: 48700.000688/2014-

5




FLS. OGE 2

GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO  
OUVIDORIA GERAL DO ESTADO

71, Órgão ou entidade recorrido: ANEEL – Agencia Nacional de Energia Elétrica.  
Recorrente: A.L.S.S).

5. Assim, não obstante a pertinência do tema suscitado na manifestação do interessado, inevitável a conclusão de que o pedido inicial foge ao escopo do âmbito da Lei de Acesso a Informação, de modo que o presente recurso não encontra respaldo na legislação vigente, considerando que as hipóteses recursais limitam-se àquelas expressamente previstas no artigo 20 do Decreto nº 58.052/2012, regulamentador da Lei no âmbito da Administração Pública do Estado de São Paulo.
6. Diante do exposto, por inexistir pedido de reforma da decisão do órgão demandado, mas apenas sugestão relativa aos futuros processos seletivos da rede pública de ensino, **não conheço do recurso**, por estarem ausentes os requisitos previstos no artigo 43 da Lei Estadual de Processo Administrativo (Lei nº 10.177/1998), descaracterizadas as hipóteses recursais estipuladas no artigo 20 do Decreto nº 58.052/2012.
7. Publique-se no sistema eletrônico do Serviço de Informações ao Cidadão – SIC, dando ciência aos interessados. Na ausência de nova manifestação no prazo de 15 (quinze) dias, arquivem-se os autos.

OGE, 15 de fevereiro de 2016.

  
**GUSTAVO UNGARO**  
OUVIDOR GERAL DO ESTADO